

O CAMPO TEÓRICO- METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO

Atena
Editora
Ano 2021

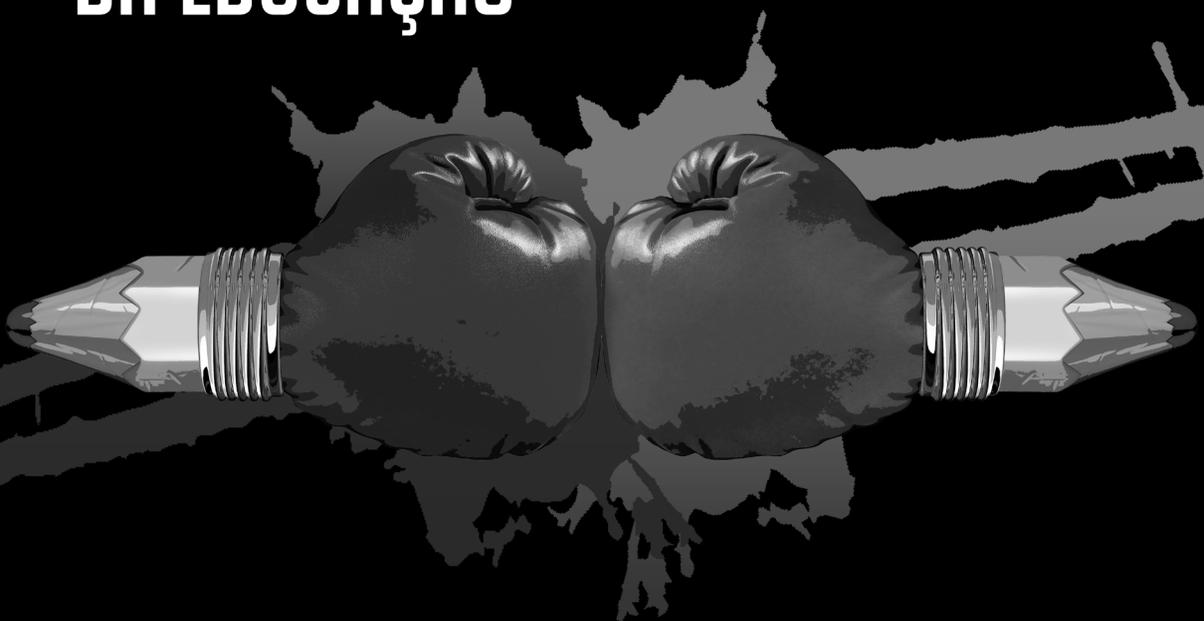


Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

**NO FOMENTO DA
QUESTÃO POLÍTICA
DA ATUALIDADE**

O CAMPO TEÓRICO- METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO

Atena
Editora
Ano 2021



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

**NO FOMENTO DA
QUESTÃO POLÍTICA
DA ATUALIDADE**

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

O campo teórico-metodológico-epistemológico da educação no fomento da questão política da atualidade

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C198 O campo teórico-metodológico-epistemológico da educação no fomento da questão política da atualidade / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-932-5

DOI 10.22533/at.ed.325212503

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Temos vivenciado, ao longo dos últimos anos, inúmeros ataques a Educação brasileira; investidas que têm ocasionado retrocessos. O contexto pandêmico alimentou essa crise que já existia, escancarando o quanto a Educação no Brasil acaba sendo uma reprodutora de desigualdades. As interferências externas e investidas do mercado tentam, a todo custo, subordinar a Educação e atividade docente a uma lógica neoliberal de produção (TARDIF; LESSARD, 2005). Nesse sentido, precisamos nos mobilizar e a **indignação e esperança** configuram-se como duas categorias importantes nesse processo.

Diante desse cenário, como dissemos, de muitos retrocessos, negacionismo e investidas neoliberais, não podemos nos furtar do debate político e social, tão importante nesse momento que vivemos destrato a Educação, sucateamento do trabalho docente e exclusão de estudantes, por exemplo. Como nos alertou Freire (2004, p. 28), para além de ensinar com rigorosidade metódica a sua disciplina, “o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão”. Precisamos considerar esses elementos sociais e políticos necessários no movimento de formar cidadãos indignados e esperançosos que desconstruam os discursos fatalistas.

É nessa direção que o volume de “**O Campo Teórico-metodológico-epistemológico da Educação no Fomento da Questão Política da Atualidade**”, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e do (re)pensar o campo educacional, assim como também da prática, da atuação política e do papel social do docente. Este livro reúne um conjunto de textos de autores de diferentes estados e regiões e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, democracia, humanização, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, avaliação entre outros. O fazer educacional, que reverbera nas escritas dos capítulos que compõe essa obra, constitui-se enquanto um ato social e político.

Os autores que constroem esse volume são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e no se reconhecerem enquanto sujeitos políticos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos uma produtiva, indignante e esperançosa leitura!

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DECOLONIZACIÓN DEL PENSAMIENTO. ALTERNATIVAS PARA LA CONSTITUCIÓN DE LA SUBJETIVIDAD	
Jorge Hernán Betancourt-Cadavid	
Luis Fernando Garcés Giraldo	
Juan Esteban Alzate Ortiz	
DOI 10.22533/at.ed.3252125031	
CAPÍTULO 2	14
DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E DIREITO À EDUCAÇÃO EM TESES DE DOUTORADO	
Laélia Portela Moreira	
Elizabeth da Silva Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.3252125032	
CAPÍTULO 3	21
EDUCAÇÃO ESCOLAR E DEMOCRACIA: ENTRAVES E PERSPECTIVAS	
Rodolfo Augusto Rodrigues	
Rosineide de Andrade Rocha	
Jane Aparecida Meneguelli Nery	
Fernanda Campos do Prado	
DOI 10.22533/at.ed.3252125033	
CAPÍTULO 4	35
A UTILIZAÇÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS EM SALA DE AULA PARA A PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E O PROTAGONISMO DO EDUCANDO	
Joseane de Brito Bezerra Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.3252125034	
CAPÍTULO 5	44
INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NA ESCOLA E FORMAÇÃO DOCENTE – A INFLUENCIA DO PENTECOSTALISMO NO PRECONCEITO RACIAL E RELIGIOSO ESCOLAR	
Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.3252125035	
CAPÍTULO 6	57
ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA ESTADUAL NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA/RR	
Adelson Pereira de Sousa	
Maria Selma Cavalcante de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.3252125036	
CAPÍTULO 7	76
DOS LIVROS AS LEIS: O RACISMO E SUAS MÚLTIPLAS FACES NA EDUCAÇÃO	
Vanessa Cristina Lourenço Casotti Ferreira da Palma	

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Rosana Andrade de Jesus
DOI 10.22533/at.ed.3252125037

CAPÍTULO 8..... 87

A VISÃO DO PROFESSOR EM RELAÇÃO AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Fabrizia Miranda de Alvarenga Dias
Poliana Campos Côrtes Luna
Liliane Barreto Alves
Moniki Aguiar Mozzer Denucci
Daniele Fernandes Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.3252125038

CAPÍTULO 9..... 99

AS VIVÊNCIAS DE UMA CRIANÇA COM DISLEXIA NOS ANOS 70

Clariane do Nascimento de Freitas
Ana Carolina Michelin Silveira
Fabiane Adela Tonetto Costas

DOI 10.22533/at.ed.3252125039

CAPÍTULO 10..... 105

A SELEÇÃO, A AVALIAÇÃO E A RETOMADA DOS CONTEÚDOS NA ÁREA DE LÍNGUA PORTUGUESA: REFLEXÕES DA PRÁXIS DOCENTE PARA O TERCEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO – PREPARATÓRIO PARA O ENEM

Lidiane Cossetin Alves
Saliza Menegat

DOI 10.22533/at.ed.32521250310

CAPÍTULO 11..... 118

A MUSICALIZAÇÃO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

Bruna Bittencourt Carvalho
Maralice Maschio

DOI 10.22533/at.ed.32521250311

CAPÍTULO 12..... 131

AFETIVIDADE COMO MEDIADORA DA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO E AS RESSONÂNCIAS PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA WALLONIANA

Ricardo Francelino
Alonso Bezerra de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.32521250312

CAPÍTULO 13..... 144

A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO EMOCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Francinne Gonzalez Andrioni

Marina Lemos Villardi

DOI 10.22533/at.ed.32521250313

CAPÍTULO 14..... 151

ENSINO DE QUÍMICA PARA SURDOS: ELABORAÇÃO DE UM SINALÁRIO COM TERMOS EM LIBRAS

Alice Menezes Pessoa

Karolyn Rabech Silva Simão

Lorena Melo da Silva

DOI 10.22533/at.ed.32521250314

CAPÍTULO 15..... 160

TRABALHOS ACADÊMICOS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO DE UMA CURIOSIDADE EPISTEMOLÓGICA

Mariana Cordeiro Gadanha

Sandra Helena de Souza

Irvina Leite de Sampaio

DOI 10.22533/at.ed.32521250315

CAPÍTULO 16..... 166

A PERCEPÇÃO DOS NATIVOS DIGITAIS SOBRE AS TECNOLOGIAS EM SALA DE AULA

Licie Stintia Fresta Lopes

Dayse Cristine Dantas Brito Neri de Souza

DOI 10.22533/at.ed.32521250316

CAPÍTULO 17..... 173

OS PONTEIROS DA INFÂNCIA NO RELÓGIO DE UMA ESCOLA DE CRIANÇAS EM URUÇUI

Vanessa Oliveira Silva

Denise Hosana de Sousa Moreira

Pedro Martinho Sobrinho Mendonça

Dariane de Sousa Moraes

DOI 10.22533/at.ed.32521250317

CAPÍTULO 18..... 183

O CURRÍCULO INTEGRADO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA O TRABALHO DOCENTE

Letícia Ramalho Brittes

Cléber Lixinski de Lima

DOI 10.22533/at.ed.32521250318

CAPÍTULO 19..... 195

CIÊNCIAS DA NATUREZA NO ENSINO MÉDIO: A BNCC E A REFORMULAÇÃO CURRICULAR DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE ALAGOAS

Carlos Henrique Araújo de Oliveira

Sara Souza Pereira

Siquele Roseane de Carvalho Campêlo

DOI 10.22533/at.ed.32521250319

CAPÍTULO 20	206
EDUCAÇÃO MUSICAL NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE/RS: UMA PESQUISA DOCUMENTAL Cristina Rolim Wolffenbüttel DOI 10.22533/at.ed.32521250320	
CAPÍTULO 21	214
A INFLUÊNCIA DOS CONTOS DE FADAS NA CONSTRUÇÃO DA PERSONALIDADE DA CRIANÇA Géssica de Sousa Macedo DOI 10.22533/at.ed.32521250321	
CAPÍTULO 22	225
OFICINAS DE BIBLIODRAMA EM FAVOR DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO INTEGRAL HUMANA Linda Siokmey Tjhio Cesar Pestana DOI 10.22533/at.ed.32521250322	
CAPÍTULO 23	235
ESCOLAS MILITARIZADAS: GESTÃO E DESAFIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA Magalis Bêsser Dorneles Schneider DOI 10.22533/at.ed.32521250323	
CAPÍTULO 24	244
O POLO UAB CUIABÁ E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA EAD NO ESTADO DE MATO GROSSO Elizabeth Regina Rossetto Carlos Alberto Caetano Márlon Zambotto de Lima DOI 10.22533/at.ed.32521250324	
CAPÍTULO 25	255
REVISÃO E REELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP, DA ESCOLA MUNICIPAL EMÍDIO CORREIA DE OLIVEIRA SÃO JOÃO - PERNAMBUCO Roberto da Silva DOI 10.22533/at.ed.32521250325	
SOBRE O ORGANIZADOR	266
ÍNDICE REMISSIVO	267

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NA ESCOLA E FORMAÇÃO DOCENTE – A INFLUENCIA DO PENTECOSTALISMO NO PRECONCEITO RACIAL E RELIGIOSO ESCOLAR

Data de aceite: 22/03/2021

Data de submissão: 22/01/2021

Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa

UPM

Bauru-SP

<http://lattes.cnpq.br/1237323566665797>

RESUMO: Procura-se com o presente artigo verificar como a crença neopentecostal dos educadores e a má-formação provinda de inúmeras IES surgidas nos últimos anos, nos cursos de pedagogia tem relação com o aumento de denúncias de preconceito contra a cultura negra e indígena e do não tratamento destas questões no ensino fundamental. Nosso objetivo é duplo, primeiro pesquisar a formação de professores em IES que tem se multiplicado nos últimos anos tem baixa qualidade, e que tal falta de formação crítica, impacta na manutenção do preconceito racial religioso na escola.

PALAVRAS-CHAVE: Preconceito na escola, formação docente, intolerância religiosa.

RELIGIOUS INTOLERANCE IN SCHOOL AND TEACHING TRAINING - THE INFLUENCE OF PENTECOSTALISM ON SCHOOL RACIAL AND RELIGIOUS PREJUDICE

ABSTRACT: The aim of this article is to verify how the neopentecostal belief of educators and the malformation arising from innumerable HEIs that arose in recent years, in pedagogy courses is

related to the increase in complaints of prejudice against black and indigenous culture and of non addressing these issues in primary education. Our objective is twofold, first researching the training of teachers in HEIs that has been multiplying in recent years has low quality, and that such lack of critical training, impacts on the maintenance of racial religious prejudice at school.

KEYWORDS: Prejudice at school, teacher training, religious intolerance.

INTRODUÇÃO

Procura-se com o presente artigo verificar como a crença neopentecostal dos educadores e a má-formação provinda de inúmeras IES surgidas nos últimos anos, nos cursos de pedagogia tem relação com o aumento de denúncias de preconceito contra a cultura negra e indígena e do não tratamento destas questões no ensino fundamental.

Nosso objetivo é duplo, primeiro pesquisar a formação de professores em IES que tem se multiplicado nos últimos anos e que tem pouco reconhecimento. Quer se provar que a falta de uma boa formação em sociologia, como é o caso de IES grandes que tem ministrado esta matéria em modo EaD, junto com vários outros cursos, sem qualquer especificidade quanto as turmas formadas.

O Segundo objetivo é analisar da pratica de ensino destes professores no que se refere ao ensino da cultura Afro-indígena hoje obrigatória

e como o neopentecostalismo influencia nesse ensino. Requer observar in loco a prática de ensino. Um objeto incidental seria a análise de denúncias de intolerância religiosa, porém já há farta literatura sobre isto que com certeza integrará o relatório.

O preconceito racial com afrodescendentes e indígena é parte integrante e horrível da cultura e história brasileira que infelizmente não foi superada. Apesar da ciência e do simples bom senso provar que não há razão para o racismo ele insiste em permanecer em pleno século 21. O que fazer para que ele diminua? Os caminhos são vários, envolvem desde comunicação, conscientização de rua, mas com certeza a educação tem um papel preponderante.

É necessário desde muito cedo tentar desconstruir o preconceito, uma vez que fica mais difícil quando esse se naturaliza nas opiniões. Cabe ao ensino em toda sua jornada, desde o ensino infantil até a faculdade e até mesmo durante todo o processo de vivência educar para a cidadania e, portanto para minorar o preconceito. Um dos caminhos é trabalhar a realidade brasileira que se constitui profundamente enraizada na história e cultura afro-indígena e mostrar que de certo modo todos somos um e que não há motivos para diferença.

Promover e ensinar a História e Cultura Afro-brasileiras e africanas não é mais (BRASIL, 2003) uma questão de vontade pessoal e de interesse particular. É uma questão curricular de caráter obrigatório que envolve as diferentes comunidades: escola, família, e sociedade. Preconceito é definido pelo sociólogo Nogueira como:

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece.. (NOGUEIRA, 1985, p. 78-9)

A lei 10639/03 visa fazer um resgate histórico para que os alunos conheçam um pouco mais o Brasil e melhor a sua própria história. Prevê ainda trabalhar o conhecimento da história e cultura da África a partir do processo de escravidão, bem com conceitos sócio-político-históricos desde o ensino fundamental. Prevê ainda, na tentativa de amenizar os preconceitos em sala de aula propõe-se que não sejam abordados nas escolas certos temas como raça, racismo, etnia, etnocentrismo, discriminação racial, etc. Apesar da lei pouco ou nada no ensino fundamental tem sido feito de efetivo como técnica para aplicação dessa lei que envolve a cidadania (LIMA, 2006), ficando a cargo apenas do professor do ensino médio, muitas vezes apenas na aula de filosofia/sociologia tentar desconstruir preconceitos, mas nessa idade preconceitos já estariam naturalizados e enraizados na cultura do aluno. Através de entrevistas semi-estruturada e pesquisa bibliográfica o presente trabalho se propõe a apontar certos problemas e propor soluções sala de aula para se trabalhar tão importante conteúdo.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO E PREPARO DOS PROFESSORES

O dualismo se define pela diferença educacional daqueles que tem acesso a bens culturais daqueles que não tem este acesso. Existe então uma diferença escolar uma escola para aqueles que podem ter acesso aos bem culturais e aqueles que não têm. O dualismo na educação brasileira se firma na própria historia brasileira. Ao organizar-se a sociedade colonial, as benesses da educação e cultura eram apenas dadas a classe dominante. As reformas da educação para todos apesar de multiplicar o acesso a educação essa se constituiu de forma dual, enquanto que os mais ricos tinham escolas melhores os mais pobres ficaram com pior qualidade de ensino. Libaneo define:

O dualismo da escola brasileira em que, num extremo, estaria a escola assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias, voltada aos filhos dos ricos, e, em outro, a escola do acolhimento social, da integração social, voltada aos pobres e dedicada, primordialmente, a missões sociais de assistência e apoio às crianças. (LIBANEO, 2012. p . 16)

No entanto engana-se quem pensa que o dualismo ficou restrito às fases inferiores e técnicas de ensino. Há o dualismo no ensino superior. Embora louvável e de certo modo positivo, nos últimos anos multiplicou-se o acesso à educação superior brasileira. Porém também multiplicaram-se as faculdades sem qualquer qualidade.

O numero estrondoso de IES (instituições de ensino superior) particulares se multiplicou por quase 20 vezes na ultima década. Porém não foi acompanhado de aumento da qualidade. A pesquisa no INEP(INEP-2011 – dados em <http://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>) mostra que o números de IES privadas cresceu mais de 20 vezes. A pesquisa de Leda e Mancebo (2009) já demonstrou que apenas ouve uma preocupação em aumentar o ensino superior sem que esse fosse devidamente fiscalizado. A situação piora pela multiplicação desenfreada de cursos EaD sem qualquer qualificação. Enquanto as IES de referencia sucateamento as publicas passam por um processo de elitização e sucateamento, as privadas são acesso de pessoas mais pobres, porém não há interesse na qualidade(QUARESMA,2000), visto que a maioria absoluta das IES particulares visam o lucro causa do dualismo e da má qualidade de ensino.

A escola que busca lucro e não ciência é produto da estrutura capitalista e tende a multiplicar a má educação visto que é produto do capitalismo e se tendo o lucro como base, não tende a investir em pesquisa e formação e sim apenas se tornar fabrica de diplomas. O dualismo no sistema capitalista de fabricar diplomas se manifesta como de destinação de mercado apenas para ter o mínimo de conhecimento necessário aos sistemas de produção e de reprodução da divisão de classes. (SOUZA & SILVA, 2003). Como o ensino superior, e a maioria das IES que surgiram nos últimos anos só buscam o lucro, acabam contratando professores sem formação, pouca biblioteca e sem laboratórios e outros recursos. O resultado como também demonstrado por Gatti (2010) é um crescente

exercício de professores despreparados em especial na pedagogia.

Os professores, que em sua formação não receberam preparo especial para o ensino da cultura africana e suas reais influências para a formação da identidade do nosso país, entram em conflito quanto à melhor maneira de trabalhar essa temática na escola. Nesse sentido, este ponto pode ser um dos obstáculos estabelecidos com a lei 10639/03, porque nessa lei não há nenhuma menção de cursos para capacitação dos professores ou ainda a reestruturação das bases pedagógicas num movimento que resgate e ressalte a importância dessa cultura em sala de aula. Sendo assim, é primordial a preparação desses professores, principalmente os do ensino infantil onde se inicia o desenvolvimento humano e social das crianças; porque é durante a educação infantil que as crianças já começam a conhecer seu corpo, as diferenças e semelhanças entre os colegas do grupo escolhem com quem brincar e se relacionar na escola, tem suas preferências por brinquedos, e, no entanto é fundamental que o educador trabalhe em sala de aula questões sobre diferença e em especial as relacionadas as diferenças raciais, não só com as crianças, mas com as famílias e comunidade.

O que se tem observado na maioria das vezes são esforços isolados de alguns professores incluírem nas atividades pedagógicas assuntos que valorizem o conhecimento de História da África junto aos alunos e a escola. No entanto, muitas vezes, a própria instituição não está engajada para promover o ensino voltado para a diminuição das desigualdades étnico-raciais. Isto só multiplica o preconceito. Preconceito é definido pelo sociólogo Nogueira como:

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece.. (NOGUEIRA, 1985, p. 78-9)

Portanto o preconceito de qualquer espécie, em especial o racial, que ainda hoje é um dos mais presentes na sociedade, precisa ser muito bem delineado e muito bem trabalhado, e não somente com crianças e jovens, mas também com adultos, pois este assunto, não surgiu a pouco, mas já é um caso macróbio¹.

Como, então, reverter esse quadro preconceituoso que prejudica a formação do verdadeiro cidadão e a educação de todos os alunos, em especial os membros dos grupos étnicos, vítimas do preconceito e da discriminação racial? Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de toda a sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados²

¹ Macróbio: que ou aquele que chegou à idade muito avançada.

² Introjetados: fazer com que alguém absorva ou interiorize alguma coisa: introjetava os saberes que aprendia.

neles pela cultura racista na qual foram socializados, (MUNANGA- 2005, p.17).

O racismo no Brasil é crime previsto na lei 7.716/1.989 e, além disso, em 2003 entrava em vigor a lei 10.639 que obriga a inserção, nos currículos das escolas públicas e particulares. Porém como era de se esperar, depois de muitos anos essa lei está longe de ser atendida, principalmente a pouca importância dada a este assunto pelas novas gerações, principalmente devido à educação atual, que é eurocêntrica, ou seja, influência culturalmente, economicamente, politicamente e socialmente, dificultando a inserção desta lei no ambiente escolar. O preconceito racial, portanto, está ligado a diversas vertentes, não sendo está somente pela raça, mas também por outras características, como social e econômica, sendo então o racismo considerado uma doutrina antropológica e política em alguns países.

Muitas vezes o assunto tratado de forma mecânica. Ao entrevistar muitas professoras oriundas de universidades EaD, no interior de São Paulo, ao serem perguntados como tratavam a temática indígena e negra na sala de aula era a parecida com uma resposta exemplo que ora se seleciona: “as vezes pedimos para o aluno produzir cartazes no dia do índio e no dia da abolição”. Demonstra-se com esse relato que não é trabalhado de forma consistente a se valer um aprendizado a fim de valorizar a herança índia-africana na cultura brasileira. Outro problema que aparece nos relatos é que os sistemas exigem muito do professor a apenas cumprir conteúdo que é focado na alfabetização e matemática e menos na cidadania e que até reconhecem a importância da temática, mas que não dá tempo de trabalhar. Outro problema é falta de capacitação, já que nem todas prefeituras se preocupam com tal prática e o baixo preço dos salários torna impeditiva uma pós-graduação na área.

O PRECONCEITO CONTRA CULTURA AFRO E OUTRAS RELIGIÕES NO NEOPENTECOSTALISMO

O neopentecostalismo segundo Freston(1999) é a terceira onda de pentecostais. São exemplos: Igreja Universal do Reino de Deus (1977), – que é a mais estudada, a Internacional da Graça (1980), a Igreja Mundial do poder de Deus(1982) e Cristo Vive (1986). Estas três, ao lado de Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (1976), comunidade da Graça (1979), Renascer em Cristo (1986) e a Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo (1994) são as referências principais. Sua característica principal, que a diferencia das clássicas, além dos dons de cura, falar em línguas que é tipicamente do pentecostalismo é a ênfase na teologia da prosperidade. Sobre isso nos diz MATOS (2006):

Ao lado das manifestações espirituais extraordinárias como glossolalia, curas, profecias e exorcismo, os carismáticos e neopentecostais brasileiros caracterizam-se por uma forte ênfase na “teologia da prosperidade,” outra influência norte-americana, difundida por líderes como Kenneth Hagin e

Benny Hinn. Este tem sido um dos principais elementos do maior fenômeno ocorrido no protestantismo brasileiro nas últimas décadas: a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). (MATOS, 2006, p. 48)

Diferente das outros pentecostais, os neopentecostais tem participação ativa na vida política, elegendo candidatos próprios. Já foram registradas coações e pressão intensa para que o fiéis votassem exclusivamente em seus candidatos³. Uma das formas muito usadas pelos neopentecostais para propagar suas mensagens e manter as igrejas com grande frequência é a comunicação em massa. Grande parte de seus investimentos tem sido em mídia, tanto em rádio como em televisão. Quanto a isso nos diz Mariano:

Sua expansão se deve, em grande medida, à eficiência no uso dos meios de comunicação de massas, sobretudo o rádio, veículo no qual sempre fez proselitismo. Nos primórdios, procurava alugar horário nas emissoras logo após o término de programas de pais ou mães-de-santo, para aproveitar a audiência dos cultos afro-brasileiros. (MARIANO 1999, p.66).

Entre os neopentecostais não há ascetismo, ao contrario há hedonismo e uma ética para o consumo e o luxo. Mesmo os mais pobres e explorados, se mantem nessa ética uma vez que a observação mostra que todos os frequentadores desejam e/ou são convencidos das benesses de ficar ricos, logo há o desejo hedonista do consumo. Segundo a obra de Silva Junior (2012, p. 16), “o bem é a prosperidade, simbolismo da dádiva de Deus a todos quantos cumprem seus mandamentos, enquanto a graça são os benefícios materiais adquiridos que ilustram o vínculo com Deus, e consequente sinal de salvação”. Assim se se observar a propaganda a noite, por exemplo, da IURD, enquanto se louva um hino, ao invés de aparecer pessoas ajoelhadas e orando, aparecem pessoas em barcos de luxo, carros luxuosos e caros restaurantes unindo este hedonismo consumista como ideal da benção divina. O mais icônico dos lideres da teologia da prosperidade Edir Macedo, já tendo sido preso por estelionato, afirma em seu livro os supostos benefícios do dízimo:

Quando pagamos o dízimo a Deus, Ele fica na obrigação (porque prometeu) de cumprir a Sua Palavra, repreendendo os espíritos devoradores que desgraçam a vida do ser humano e atuam nas doenças, acidentes, vícios, degradação social e em todos os setores da atividade humana que fazem sofrer....As bases de nossa sociedade com Deus são as seguintes: o que nos pertence (nossa vida, nossa força, nosso dinheiro) passa a pertencer a Deus; o que é d'Ele (as bênçãos, a paz, a felicidade, a alegria e tudo de bom) passa a nos pertencer. Passamos a ser participantes de tudo o que é de Deus. (MACEDO, 2005. p.68)

Assim se crê no poder do dízimo e oferta. É comum também o mercado de bens

3 No jornal o Globo há uma reportagem que bispo da universal pressiona, sob medo do inferno, os fiéis a votarem no candidato que é pastor da universal. A notícia está na integra, assim como vídeo na reportagem de MENEZES Maiá & ARAÚJO Vera: Em culto da Universal, pastor pede votos para Crivella
Vídeo mostra que celebração na véspera do primeiro turno virou ato de campanha, Jornal O Globo: 12 de out de 2014, Acesso em 01/10/2016, disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/em-culto-da-universal-pastor-pede-votos-para-crivella-14223709#ixzz4LpjFDO7F>>

religiosos já bens estudados por Leonildo S. Campos (1996b) há inúmeras vendas de produtos sagrados que garantem uma suposta benção: Rosas ungidadas, Rituais de fogueira santa, Vassouras abençoadadas, sabonetes ungidados etc... criando um mercado que em nada se parece com a tradição dos protestantes históricos.

Macedo residiu nos Estados Unidos de 1986 a 1989. Quando voltou para o Brasil, transferiu a sede da igreja para São Paulo e adquiriu a Rede Record de Televisão. À medida que construía um império econômico e de comunicações, a igreja também se preocupou em buscar sustentação política, elegendo em 1990 três deputados federais, e outros mais em anos posteriores. Em 1992, Macedo esteve preso por doze dias sob a acusação de estelionato, charlatanismo e curandeirismo. Um acontecimento que deu grande publicidade à igreja foi o episódio do “chute na santa”, quando, em um programa de televisão transmitido em 12 de outubro de 1995, o bispo Sérgio von Helde referiu-se de modo desairoso a Maria, dando alguns chutes numa imagem da mesma. Apesar dos percalços, a IURD tem crescido enormemente, sendo, graças à sua presença maciça na mídia e aos seus grandes templos nas principais ruas e avenidas de muitas cidades, a mais visível das igrejas evangélicas brasileiras. Segundo o último censo geral, tinha no ano 2000 pouco mais de 2 milhões de adeptos no Brasil, além de muitos templos no exterior.

Freston entende que “a IURD é uma atualização das possibilidades teológicas, litúrgicas, éticas e estéticas do pentecostalismo”.[40] A ênfase principal da sua mensagem não é o batismo no Espírito Santo e a glossolalia, mas a teologia da prosperidade (na saúde, nas finanças e no amor), como fica explícito em seu slogan “Pare de sofrer; venha para a IURD”. Em conexão com isso, também pratica o exorcismo de modo bastante explícito. Essa igreja rompe com a pobreza simbólica do protestantismo brasileiro, fazendo amplo uso da visão, tato e gestos, bem ao sabor da religiosidade tradicional do país. Embora seja o líder incontestado, Edir Macedo tem um estilo pouco personalista. A organização da igreja facilita o controle centralizado e a constante inovação metodológica. As atividades são governadas por um marketing agressivo e estratégias ousadas.

Se cria um domínio de única salvação mostrando que só ela tem a salvação Analisando o citado enunciado de Pieratt, (1993, p. 98), de que “as igrejas neopentecostais não são cristãs, pois se utilizam mais de uma interpretação desviada do antigo testamento e de uma apropriação de linguagem de outras religiões místicas”. acredita-se que o evangelho da prosperidade não se sustenta na autoridade das Santas Escrituras, mas, na autoridade dos “profetas” da atualidade (ou dos carismas). O motivo disto é a ostentação de revelações diretas que tais homens alegam ter recebido de Deus ou de um anjo. Ainda é constante nessa corrente teológica a alegação de que o diabo é culpado por todo mal que acontece às pessoas inclusive a pobreza. Aí está o pior medo do pentecostal em geral, não se trata de ir para o inferno, mas de ficar pobre, pois isso é sinal de desagradar a Deus. Assim as pessoas são controladas pelo medo de desagradar a Deus que supostamente os castigaria os deixando miseráveis. O Deus pregado pelo neopentecostalismo é apresentado como

muito próximo da pessoa, como um ser presente, sem intermediários, presente ao alcance e cheio de características humanas e sentimentais. Assim não é o Deus distante que pune da idade média e sim o Deus que está preocupado com sua conta bancária.

Se cria desse modo uma crença firme de um deus que quer combater o diabo representado em outras religiões, desse modo os crentes escolhem um firme discurso contra outras religiões pois concorre com os bens simbólicos oferecidos pelo neo pentecostalismo. Segundo o Censo 2010, saltou de 1,8% em 2000 para 6,2% o acesso de evangélicos pentecostais⁴ ao ensino superior. Hoje muitas irmãs se formam pedagogas. Infelizmente a visão mítica religiosa muitas vezes supera a da ética educacional resultando em visões e práticas intolerantes.

Uma destas práticas é vista no livro “Plano de poder” de Macedo & Oliveira:

Nas escolas estão tentando colocar nossos filhos contra os valores cristãos ensinando que a homossexualidade é algo normal e que é natural as religiões demoníacas (referencia as afro). Por isso devemos escolher políticos de acordo com a moral cristã, por causa dos nossos filhos (parênteses nossos) (MACEDO & OLIVEIRA, 2008. p.45)

Boa parte do discurso neopentecostal é fundamentando em concorrência agressiva de bens simbólicos como único dono da verdade divina e que se refere a outras religiões como amaldiçoadas. No que se refere a cultura africana, ou seus elementos como a religião a demonizam numa clara concorrência agressiva associando-a a praticas malignas. Assim se cria o discurso de ódio. De forma mais sucinta, Emerson Santiago bem define:

[...] o discurso de ódio é a mensagem que busca promover o ódio e incitação à discriminação, hostilidade e a violência contra uma pessoa em virtude de raça, religião, nacionalidade, orientação sexual, gênero, condição física ou característica. É usado para insultar, perseguir e justificar a privação dos direitos humanos e, em casos extremos, para dar razão a homicídios. (Santiago, 2014. p.12)

Ainda, segundo nos lembra Juliana Steck:

Intolerância religiosa é crime de ódio e fere a dignidade. O direito de criticar dogmas e condutas é assegurado como liberdade de expressão, mas atitudes agressivas, ofensas e tratamento diferenciado a alguém em função de crença ou de não ter religião são crimes inafiançáveis e imprescritíveis. (Steck, 2013, p. 33)

Um caso famoso de intolerância é pastor neopentecostal Lucinho que doutrina adolescentes e seus fieis a “não permitir” religiões africanas em suas cidades e escolas. Num vídeo que circulou pelo Facebook neste ano, o pastor aparece pregando em Belo Horizonte. Logo no começo, Lucinho diz: “Outro dia em Belo Horizonte, falaram comigo: ‘Lucinho, vai ter Festa de Preto Velho.’ Eu falei, ‘ninguém me pediu. Não aceito. Não vai ter.’” Então ele explica como estragar a festa alheia. “Cheguei lá no meu grupo de jovens,

4 Dados do IBGE 2010

chamei 20 jovens, e falei: vamos dar um B. O. Na festa de Umbanda.” Eles não foram. E prossegue com seu discurso: “Então fui no melhor departamento de qualquer Igreja. Fui falar com os adolescentes. Cheguei e falei “preciso de 20 malucos para das uma busca e apreensão no Preto Velho.” O vídeo pode ser visto em pregação no site: <https://www.youtube.com/watch?v=Gg6JUj-beGU>.

Como pode-se notar tanto alunos como professores que professam a fé neopentecostal com base nestes discursos podem multiplicar os caso de intolerância dentro da escola já denunciados por Kanbele (2005).

OS DIFERENTES TIPOS DE PRECONCEITO E A ESCOLA

O preconceito está em todo lugar, de várias formas e de e não só distinguido por raças, mas também por gêneros, portadores de deficientes físicos, identidade sexual, segundo Moreira (2005) “para a maioria dos profissionais da educação escolar, a homossexualidade é vista como um grande problema”, pois, quando se trata de um comportamento que é associado a um desvio da norma socialmente aceita, nesse caso, a heterossexual, os preconceitos, a vigilância e a hostilidade atingem tanto os alunos como as alunas.

Os professores estão preparados para qualquer situação de preconceito em sua sala de aula? Muitos profissionais não saberiam como lidar com tais situações. A sala de aula é o principal lugar onde é transmitido conhecimento, regras, leis, valores, respeito, portanto, como no caso de formação de grupos por exemplo, os professores precisam notar se há exclusão de alunos, por qualquer característica, pois as pessoas não nascem racistas ou preconceituosas, elas adquirem ao longo do tempo e da convivência este tipo de atitude. Portanto é necessária uma educação de qualidade, onde todos valorizem a diversidade, integrando grupos e repensando em suas atitudes minimizando as diferenças.

“Há que estimular os professores (e professoras) para estarem alertas, para o exercício de uma educação por cidadanias e diversidades em cada contato, na sala de aula ou fora dela, em uma brigada vigilante ante- racista, antissexista, {anti-homofóbica} e de respeito aos direitos das crianças e jovens, tanto em ser; não permitindo a reprodução de piadas que estigmatizam, tratamento pejorativo⁵...). O racismo, o sexismo, {a homofobia}, o adultismo que temos em nós se manifesta de forma sutil; não é necessariamente intencional percebido, mas dói, é sofrido por quem os recebe, então são violência. E marca de forma indelével a⁶s vítimas que de alguma forma somos todos nós, mas sempre alguns mais que os outros, mulheres, os negros, os mais jovens e os mais pobres (CASTRO, 2005)”.

É no âmbito escolar que os alunos constroem suas identidades individuais e aprendem os direitos às diferenças, portanto as práticas pedagógicas e políticas socioeducacionais tem o dever de garantir o direito a igualdade para todos, revendo então

5 Pejorativo: que exprime sentido desagradável ou de desaprovação; depreciativo, despectivo (diz-se de palavra ou expressão).

6 Indelével: que é durável, permanente; que não se pode destruir, suprimir, ou fazer desaparecer totalmente.

se a prática educativa valoriza a diversidade. Lembramos que esse trabalho tem a intenção de trazer para a sociedade a minoria do preconceito, e que mesmo sendo crime no Brasil, ainda se vê muitos casos que chegam até levarem a própria vítima se matar e há também muitos casos de homicídio, portanto, é necessário que a vítima se manifeste, ou até mesmo quem esteja presente diante do ocorrido, é levado em consideração que uma pessoa que presencia um ato preconceituoso e não se manifesta é considerado também racista.

COMO TRABALHAR DIFERENÇAS COM A FAMÍLIA

O princípio da educação é a conscientização, não só dos alunos, mas de toda a sociedade em seus múltiplos aspectos. De nada adiantaria trabalhar com os alunos sem trabalhar na família. O trabalho com as famílias requer que as equipes de educadores trabalhem para compreendê-las e tê-las como parceiras, pois trabalhar a diversidade étnico-racial com as crianças e família em conjunto é primordial para um trabalho eficaz. Os pais devem ser informados sobre as atividades e participarem juntos trazendo informação sobre as culturas, porque toda informação é válida e rica para a construção pedagógica da criança, onde todas as aprendizagens e experiências pedagógicas necessitam ser envolventes e repletas de sentido. Para aprender as crianças devem ter seus desejos, suas vidas, suas histórias e suas culturas consideradas. Para que isso ocorra às práticas culturais dos grupos sociais devem servir como estudos para as crianças que frequentam o mesmo espaço da educação infantil.

Um problema sempre apontado é a herança religiosa dos pais dos professores e gestores. Ao se trabalhar certos aspectos da cultura africana, certos pais envolvidos numa cultura neopentecostal entendem ser maligno aos seus filhos. Uma solução que encontramos numa escola foi trabalhar a partir dos mitos. O mito demonstra uma herança racial, pois mesmos esses pais de cultura neopentecostal não temem que os filhos trabalhem a mitologia grega ou egípcia, visto que são deuses brancos, mas temem a mitologia africana.

Os próprios praticantes de religiões afro não vêm problema em se tratar como mito, pois o mito não é mentira e sim um modo de transmitir lições e de poder de traduzir a realidade de um modo estético e que as pessoas assumem como verdade mais do que a ciência. Os mitos segundo Campbell, são as histórias que conduzem nossas vidas, “Mitos são pistas para as potencialidades espirituais da vida humana”(CAMPBELL, 2007, p. 14).

Assim desconstruir o preconceito familiar e atender uma necessidade escolar extra classe atender a comunidade ao entorno escolar na sua finalidade educativa. A escola é um lugar onde existem várias etnias. Cabe ao professor ter criatividade e saber trabalhar. A criança já vem de casa com uma “bagagem” de preconceito. Os pais desde pequenos educam para o preconceito mesmo inconscientemente. O preconceito está presente mesmo na hora de montar um grupo para realizar um trabalho escolar.

O espaço educativo deve ser planejado de forma a satisfazer as necessidades da

criança, ou seja, tudo deverá estar acessível ao educando, desde objetos pessoais, assim como os brinquedos. Os ambientes de aprendizagem para a igualdade racial devem ser abertos às experiências infantis e possibilitar que as crianças expressem seu potencial, suas habilidades, e curiosidades e possam construir uma autoimagem positiva.

Educar para a igualdade racial na educação infantil significa ter cuidado não só na escolha de livros, brinquedos, mas também cuidar dos aspectos estéticos valorizando e mostrando para as crianças a beleza de todas. Incluir assim, músicas, danças, que fazem parte das manifestações culturais colocando-as no cotidiano escolar. São grandes heranças culturais dos povos Africanos, como a capoeira, maculelê, jongo, samba, umbigada, etc. e merecem destaque no aprendizado das crianças. Cantigas, músicas infantis, fazem parte, porém é preciso diversificar o repertório de músicas trazendo assim para as crianças diversas músicas, de diversas culturas. Proposta de atividade 4 - Através de músicas. A música tem papel preponderante na educação, apesar da LDB(BRASIL, 1996), preconizar a importância da música, nem sempre há essa possibilidade. O despreparado do professor, a falta de professor específico e alto custo dos materiais musicais dificulta a aplicação. Mesmo quando tais barreiras são superadas há pouco interesse ou mesmo preparo para a musicalização índio e negra.

Apresentar variedade de músicas, histórias, brincadeiras, é uma forma de implementar a lei 10639/03 no âmbito escolar, pois “quem não se vê” e não se reconhece, não se identifica; e quem não se identifica tem auto-estima baixa, não se ama e se desinteressa por tudo que o representa.

A pesquisa feita através de alunas de pedagogia em disciplina de história da educação e aplicada em uma escola estadual do interior de São Paulo em na cidade de Avaí, onde há grande afluxo de alunos índios negros e brancos e cujas primeiras pesquisas do doutorado em curso parecem ser positivas no declínio do racismo parecem surtir efeito. Lá por exemplo, se usa muito de brincadeiras que estimulem a equipe, e jogos indígenas tem sido produzido e trabalhado junto ao professor de educação física. Os indígenas, por exemplo, eles trabalham em grupos. Assim deveria ser a escola.

COMO MUDAR?

Não há como negar a importância da Lei 10639/03 para a nossa história e educação. Apesar das dificuldades e possíveis desvios na sua implementação, sem sombra de dúvida, a Lei é uma conquista e, servirá na construção de novas relações sociais. Sabemos que somente uma Lei não irá mudar a realidade do país, mas o silêncio que reinou durante décadas dentro da Escola sobre a questão do negro e índio, também não resultou em mudanças. O nosso sistema educacional ainda esta em fase de desenvolvimento, diga-se de passagem, em um estágio ainda prematuro, mas essas novas atividades e ideias finalmente estão se fazendo presentes, através de novos projetos e professores realmente

valorizem esse conhecimentos e insiram em seus planos de aula despertando uma renovação de práticas educativas. É preciso desenvolver novos trabalhos com a participação de professores, capacitação para os docentes e cursos de formação continuada.

Contudo sem dúvidas nenhuma é preciso fazer com que as escolas avancem com relação a estratégias, ações, projetos e construam novas práticas pedagógicas, e novas posturas, visando a valorização da cultura negra, tendo como foco principal uma educação que contemple a igualdade racial, mostre, no mínimo desde a educação fundamental e infantil a importância das diferenças étnicas.

Tratar da formação do professor e de sua herança religiosa afeta muito a multiplicação de episódios racistas. A pesquisa de Kabele Munanga(2005) associa através de inúmeros relatos a identidade religiosa de professores e diretores como multiplicadores de episódios racistas. Isto precisa mudar. Para mudar precisa de uma pesquisa que além de apontar episódios de racismo, se isto pode estar associado a crença dos educadores associada a uma má-formação. É o que se pretende no presente trabalho: provocar pesquisadores para que tragam soluções para o apontado problema.

REFERÊNCIAS

BRASIL, *Lei de Diretrizes e Bases da educação* . Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Documento Base*. I Conferencia Nacional de Juventude. Outubro de 2007. Brasília: 2007.

Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/portal/images/stories/pdfs/1a%20conferencia%20nacional%20de%20juventude%20-%20documento%20base.pdf>. Acesso em: 16 abril de 2013.

BRASIL. Lei 12.593, *institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE*. Diário Oficial da União. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 23 nov. 2016.

IBGE-2010, *Dados estatísticos sobre religião no Brasil*, ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/tab1_4.pdf,

BRASIL. Lei Federal nº 10.639/03 *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas*. Brasília, 2004: Conselho Nacional de Educação.

CAMPBELL, J. *Mitos, sonhos e religião*. Trad. Ângela Lobo de Andrade e Bali Lobo de Andrade. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

GATTI, B. A. *Formação de professores no Brasil: Características e problemas*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez. 2010.

HINKELAMMERT, Franz J. *Hacia una crítica de la razón mítica: el labirinto de la modernidade*. México: Editorial Driada, 2008.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Sinopse Estatística da Educação Superior - 2011. Brasília: INEP. 2011. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 14/02/2017

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean; SIMAN, Lana Mara de Castro. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LÉDA, Denise; MANCEBO, Deise. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. *Educação & Realidade*, vol. 34, n. 1, p. 49-64, já. / abr. 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. *O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

LIMA, Maria Nazaré Mota de (org.). *Escola plural: a diversidade está na sala: formação de professores em história e cultura afro-brasileira e africana*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF; Salvador, BA, 2006.

MACEDO, Edir & OLIVEIRA, Carlos. *Plano de poder: Deus, os cristãos e a política*. Ed. Thomas Nelson. 2008

NOGUEIRA, O. 1985 *Tanto preto quanto branco; estudos de relações raciais*, São Paulo-SP , Edusp.

QUARESMA, M. R. . *Expansão dos Cursos de Pedagogia no Brasil*. In: II Congresso Lusobrasileiro História da Educação, 2000, Coimbra. Resumos. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2000. p. 164.

SOUSA e SILVA, J. *Por que uns e não outros?: Caminhada de jovens pobres para a universidade*. Rio de Janeiro: 7 Letras,

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações afirmativas 14, 15, 18, 19, 20, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

Aprendizagem 33, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 46, 54, 60, 61, 64, 68, 70, 71, 79, 88, 89, 91, 97, 100, 101, 103, 104, 108, 110, 116, 118, 122, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139, 141, 142, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 176, 177, 184, 186, 192, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 230, 237, 245, 250, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 259, 260, 261, 264, 265

Autismo 87, 89, 90, 97, 262

Auxílio 42, 88, 94, 147, 151, 153

C

Capacitação 47, 48, 55, 87, 88, 89, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 121, 124

Concepção pedagógica 57

Construção 17, 22, 32, 37, 39, 43, 53, 54, 56, 58, 60, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 79, 85, 96, 103, 106, 114, 120, 131, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 146, 147, 151, 153, 155, 160, 161, 162, 164, 165, 167, 171, 174, 177, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 188, 192, 195, 197, 198, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 212, 214, 217, 218, 221, 222, 223, 225, 226, 230, 236, 237, 240, 246, 252, 255, 256, 258, 259, 265

Criança 53, 54, 88, 89, 92, 98, 99, 100, 102, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 173, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 198, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 239

Curiosidade 160, 162, 164, 174

Currículo integrado 183, 184, 192, 193

D

Decolonización 1, 6

Democracia 10, 21, 22, 23, 24, 26, 28, 31, 33, 34, 66, 74, 79, 143, 163, 194, 240, 243, 258

Democratização do ensino 20, 21, 28, 30, 33

Direito à educação 14, 19, 34, 152

Dislexia 99, 100, 101, 102, 103, 104

E

Ead 244, 247, 250, 251

Educação 1, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 43, 45, 46, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 110, 117, 118,

119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 170, 171, 172, 173, 175, 177, 178, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 210, 211, 212, 214, 215, 222, 223, 225, 226, 227, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 261, 262, 263, 265, 266

Educação básica 58, 59, 70, 73, 78, 79, 87, 88, 89, 91, 92, 100, 110, 117, 120, 121, 129, 130, 145, 149, 152, 159, 183, 184, 187, 189, 194, 196, 199, 203, 227, 238, 239, 240, 246, 255, 266

Educação emocional 144, 146, 147, 148, 149, 150

Educador 3, 38, 47, 74, 94, 118, 121, 123, 124, 127, 148, 161, 163, 171, 211, 223, 230, 261, 263, 266

Educando 35, 43, 54, 110, 118, 121, 122, 123, 132, 135, 140, 141, 161, 163, 177, 189, 193, 260, 261, 262, 263

Ensino 14, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 51, 55, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 76, 79, 82, 83, 84, 85, 89, 91, 92, 96, 98, 100, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 136, 138, 139, 142, 145, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 166, 167, 171, 172, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 211, 225, 226, 227, 230, 231, 233, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 245, 246, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 266

Ensino-aprendizagem 35, 36, 37, 42, 89, 108, 110, 116, 122, 129, 130, 131, 132, 147, 148, 158, 166, 167, 171, 184, 186, 192, 230, 251, 252, 253, 257

Escola pública 21, 22, 28, 30, 31, 34, 56, 58, 63, 74, 133, 178, 236, 265

Escolas militarizadas 235

Exame nacional do ensino médio - ENEM 105, 106

F

Formação docente 44, 98, 131, 200, 203, 253

G

Gestão democrática 25, 26, 30, 31, 33, 34, 65, 66, 67, 71, 235, 236, 237, 238, 240, 242, 258, 259, 263, 264, 265

Gestão escolar 30, 33, 34, 67, 69, 184, 235, 237, 241, 256

Grandezas físicas 151, 153, 154, 155, 158

Gubernamentalidad 1, 8, 11

H

História 45, 47, 54, 55, 56, 59, 60, 63, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 130, 131, 138, 139, 182, 199, 205, 206, 207, 208, 212, 219, 220, 223, 230, 232, 234, 244

I

Infância 100, 101, 119, 123, 127, 144, 146, 147, 148, 149, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 216, 217, 262

Intolerância religiosa 44, 45, 51

L

Lei 12.711/16 14, 17

Língua portuguesa 103, 105, 106, 108, 109, 110, 114, 115, 117, 199

Lúdico 123, 130, 144, 145, 147, 148, 150, 225, 226, 229, 230

M

Método de alfabetização 99, 101, 102

Metodologia ativa 35, 40, 42, 43

Música 54, 111, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 206, 207, 210, 211, 212

N

Nativos digitais 166, 167, 168, 171, 172

P

Pedagogia 1, 2, 44, 47, 54, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 118, 129, 130, 132, 142, 149, 150, 164, 165, 174, 175, 188, 192, 198, 205, 210, 223, 235, 243

Perspectiva 7, 18, 32, 62, 88, 91, 94, 96, 97, 98, 116, 131, 143, 147, 148, 149, 154, 158, 163, 164, 186, 188, 200, 207, 227, 238, 241, 242, 255, 264

Poscolonialidad 1

Práticas 25, 27, 28, 36, 37, 38, 51, 52, 55, 72, 83, 84, 95, 96, 97, 106, 111, 118, 122, 125, 126, 131, 132, 133, 140, 142, 149, 152, 174, 176, 184, 185, 186, 189, 190, 193, 195, 198, 207, 208, 210, 223, 226, 229, 231, 237, 244, 246, 257, 259, 260

Preconceito na escola 44

Processo de escolarização 99, 100, 178, 205

Professor 23, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 45, 48, 53, 54, 55, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 69, 71, 73, 74, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 110, 111, 116, 118, 121, 122, 124, 125, 129, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 150, 154, 157, 158, 162, 163, 167, 168, 169, 171, 188, 189, 203, 215, 216, 221, 230, 241, 266

Projeto político pedagógico 57, 58, 59, 64, 65, 69, 74, 107, 117, 201, 240, 255, 256, 257,

258, 259, 264, 265

Protagonismo 29, 35, 36, 68

Psicologia 142, 149, 150, 160, 161, 211, 217

R

Racismo 19, 45, 48, 52, 54, 55, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85

S

Sala de aula 23, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 45, 47, 48, 52, 87, 88, 89, 94, 95, 96, 97, 102, 106, 110, 118, 121, 124, 125, 126, 128, 131, 132, 136, 138, 150, 152, 154, 158, 166, 167, 168, 169, 170, 188, 202, 203, 214, 221, 223, 230, 234, 240, 241, 255

Sinalário 151, 153, 154, 155, 158

Sistema educacional 21, 54, 85, 91, 119, 122, 255

Sistematização 17, 20, 64, 246, 255

Sociologia 18, 44, 45, 149, 160, 161, 162, 164, 175, 199, 211

Subjetividade 1, 3, 10

T

Tecnologia 26, 27, 29, 36, 38, 43, 82, 153, 166, 167, 171, 172, 187, 189, 190, 195, 208, 212, 251, 252

Tecnologias educacionais 21, 34

Tempo livre 173, 174, 179, 180

Trabalho 22, 25, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 42, 43, 45, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 69, 70, 72, 77, 78, 84, 85, 88, 92, 96, 100, 106, 111, 114, 117, 118, 120, 122, 123, 127, 128, 131, 132, 133, 135, 137, 138, 140, 141, 146, 149, 150, 154, 158, 161, 163, 175, 176, 177, 178, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 197, 198, 203, 204, 208, 210, 211, 214, 215, 216, 222, 223, 224, 226, 235, 236, 237, 239, 240, 242, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264

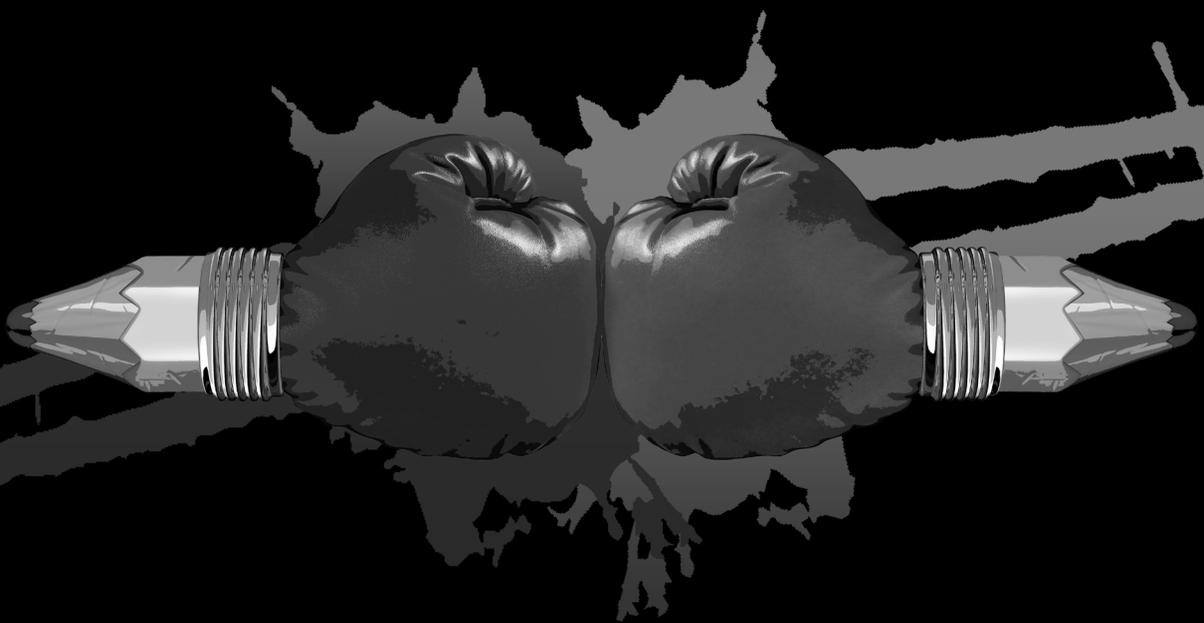
U

UAB 244, 246, 248

W

Wallon 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 141, 142, 143

O CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO NO FOMENTO DA QUESTÃO POLÍTICA DA ATUALIDADE

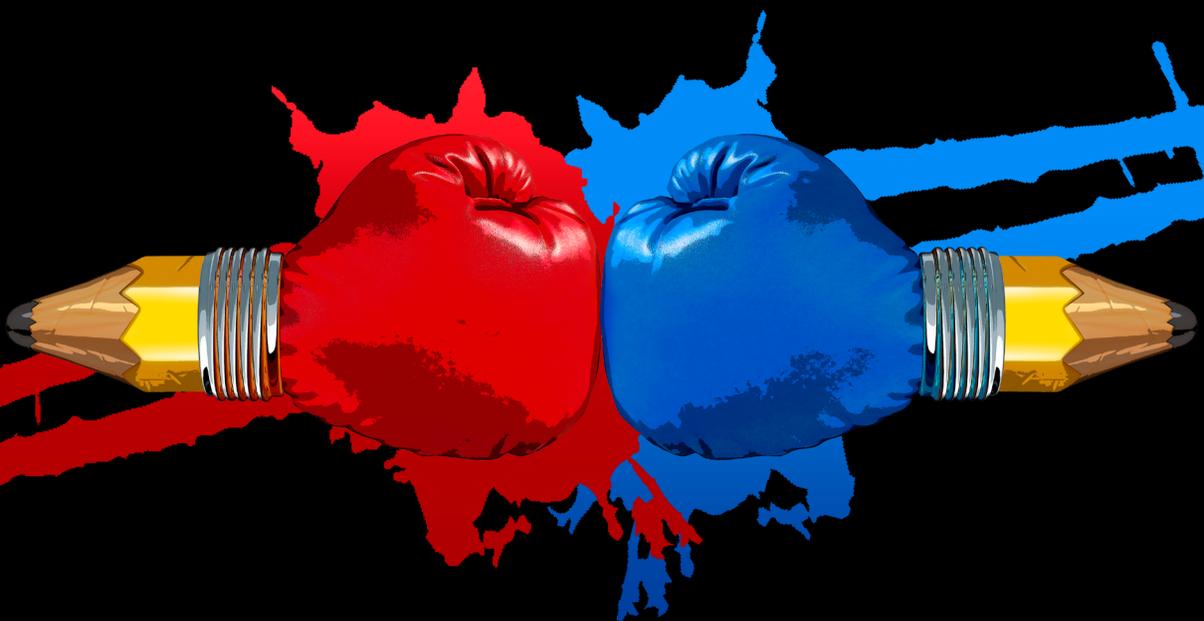


- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2021

O CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO NO FOMENTO DA QUESTÃO POLÍTICA DA ATUALIDADE



- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021